

**ATA DA 1ª REUNIÃO COM EQUIPE DE LÍDERES AMPLIADA
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2015-2020**

Aos 14 dias do mês de abril do ano 2015, na sala de reuniões da Comissão de Licitações, no Anexo II, ocorreu a 1ª reunião dos membros da Equipe de Líderes Ampliada para conhecimento e contextualização das metas e projetos que serão apresentados na 1ª Reunião de Análise da Estratégia da equipe de Líderes do Planejamento 2015-2020 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins. Compareceram à reunião o Diretor Geral, os representantes das diretorias do Tribunal de Justiça, a Chefe de Gabinete da Presidência, os Juizes Auxiliares da Presidência, os representantes da Escola da Magistratura e da Corregedoria Geral. As 14:20 horas, o Coordenador da Gestão da Estratégia, José Eudacy Feijó de Paiva declarou aberta a reunião, discorrendo sobre o encerramento do Planejamento Estratégico de 2010-2014 e início do Planejamento de 2015-2020. Em seguida, o Diretor Geral, Francisco Alves Cardoso Filho, iniciou os trabalhos abordando a necessidade de discussão do planejamento para apresentação aos Líderes, que irão deliberar sobre os projetos e seus percentuais de execução, para fins de alcance das metas previstas pelo Conselho Nacional de Justiça. Para melhor aproveitamento da reunião, o Diretor Geral solicitou que as discussões e debates sobre os temas fossem pontuais, objetivos e tratados com brevidade, já que são onze macrodesafios a serem discutidos e todos possuem projetos e ações que serão executados pelas Diretorias de forma integrada. Dando início a apresentação, o Assessor de Projetos, João Ornato Benigno Brito, e a servidora Agnes Souza da Rosa fizeram uma breve explanação sobre a Missão, Visão e Valores definidos para o Planejamento Estratégico 2015-2020 do Tribunal de Justiça, demonstrando o Mapa Estratégico do Judiciário, com observação da necessidade de designação de gestor para cada projeto ou ação proposta.

A seguir foram apresentadas, em slides, as metas e ações temáticas para cada Diretoria e, após discussões, deliberou-se o seguinte:

MACRODESAFIO: MELHORIA DA INFRAESTRUTURA

I. DTINF

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 29	Alcançar 70 % das metas do PETIC, até 2020. Distribuição: 2015: 60% ; 2016: 62%
Meta 30	Manter 100% do índice de virtualização dos processos novos, até 2020. Distribuição: 2015: 100%, 2016: 100%
Metas do PPA 2015	
Meta PPA	Aumentar para 100% o índice de disponibilização de equipamentos, até 2015. Distribuição: 2015: 100%
Deliberação: Sugere-se a alteração da distribuição da meta 29 para 2015: 40%; 2016: 50%; 2017: 55%; 2018: 60%; 2019: 65%; 2020: 70%. Sem alteração/sugestão para as demais metas.	

Projetos Remanescentes
Projeto Metrotins
Projeto Consolidação de TIC
Projetos novos
Implantação das melhores práticas de governança da Tecnologia da Informação
Cumprimento de precatórias por videoconferência
Audiências Criminais telepresenciais

Deliberação: À DTINF cabe dar andamento aos projetos remanescentes e executar os recursos disponibilizados nas respectivas ações orçamentárias temáticas conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº195 do CNJ.

Sugeriu-se que a DTINF escreva o projeto "Implantação das melhores práticas de governança da Tecnologia da Informação" utilizando o sistema GPWEB. Sugerido, pelo Diretor da DTINF, a indicação do servidor Julio Cesar Pereira de Oliveira como gestor do projeto.

Sugeriu-se o adiamento do início das atividades "Cumprimento de precatórias por videoconferência" para 2017. Sugeriu-se a indicação do GMF como responsável pelo Projeto "Audiências Criminais telepresenciais". Devendo indicar o respectivo gestor.

Ações Orçamentárias temáticas

Ação Temática Informatização do Processo Judicial

Deliberação: A DTINF deve executar os recursos disponibilizados nas respectivas ações orçamentárias temáticas conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº195 do CNJ.

Programa de gestão 2015-2017

Instalar wi-fi nas comarcas

Elaborar PETIC 2015-2020

Implantar infraestrutura de hardware e software moderna, com garantia de desempenho, segurança, disponibilidade e escalabilidade

Comentário: O Diretor da DTINF, Marco Aurélio Giralde, informou que as ações já se encontram em andamento.

COMENTÁRIO: Durante a explanação, o Assessor de Projetos, João Ornato Benigno Brito, informou que no propósito de cumprimento da Resolução nº 195 do CNJ, para cada Diretoria será enviada uma planilha contendo as ações temáticas da área e a indicação do orçamento com a distribuição em 1º e 2º graus. Em seguida, o Diretor de Controle Interno, Sidney Araújo de Souza, reforçou que estas planilhas servem como instrumento de gestão para acompanhamento da execução orçamentária, principalmente com relação ao atendimento das metas físicas estabelecidas no PPA, as quais são aferidas pelo tribunal de Contas do Estado, por ocasião da análise do relatório de prestação de contas anual.

DELIBERAÇÕES: Sobre o tema, ficou deliberado que, para fins de cumprimento ao estabelecido na Resolução nº 195 /2014 do CNJ, os gestores deverão, **obrigatoriamente**, especificar nos Termos de Referência a distribuição do orçamento em 1º e 2º graus, indicando ainda a ação orçamentária correspondente.

MACRODESAFIO: INSTITUIÇÃO DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

2. DIGER

Metas do Planejamento estratégico 2015-2020	
Meta 22	Diminuir para R\$ 2.300,00 o valor da despesa por processo, até 2020. Distribuição: 2015: 2.347; 2016: 2.340 - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Meta 23	Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2020. (DIFIN responsável em prestar a informação, juntamente com a ESMAT)
Meta 24	Atingir 70% das metas do Planejamento Estratégico Distribuição: 2015: 60%; 2016: 62%
Meta 25	Aumentar para 95% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2020. Distribuição: 2015: 86%; 2016: 88% - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Meta 26	Realizar 3 R.A.E. por ano (Resolução nº 198 do CNJ)
Meta 27	Atingir 7,50 % no índice de eficiência na arrecadação, até 2020.

	Distribuição: 2015: 7% ; 2016: 7,1% - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Deliberação: Sem alteração/sugestão para as metas.	

Projetos Remanescentes	
Alteração da LOJ	
Deliberação: À DIGER cabe a responsabilidade de acompanhamento do projeto.	

3. DIADM

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 28	Obter 75 % dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2020. Distribuição: 2015: 70% ; 2016: 71%
Metas do PPA 2015	
Meta PPA	Reduzir em 3% o consumo de papel, até 2015. Distribuição: 2015: 1% (16.872 resmas)
Meta PPA	Adquirir 43 veículos para o Poder Judiciário Distribuição: 2015: 7 veículos
Deliberação: Sem alteração/sugestão para as metas.	

Ações Orçamentárias temáticas	
Aparelhamento das unidades do Poder Judiciário.	
Renovação e Ampliação da frota de veículos.	
Deliberação: À DIADM executar os recursos disponibilizados nas respectivas ações orçamentárias temáticas conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº 195 do CNJ.	

Projetos novos	
Gestão de custos por unidade judiciária	
Deliberação: Sugeriu-se que a DIADM escreva o projeto utilizando o sistema GPWEB e faça a indicação de gestor para o projeto.	

COMENTÁRIO: Nesse momento a servidora Agnes Souza da Rosa informou que, para este Projeto, a DIADM terá a parceria da equipe do Projeto A3P, atendendo a Resolução nº 201 do CNJ, que versa sobre a implantação do Plano de Logística Sustentável no Poder Judiciário.

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE CUSTOS

4. DIFIN

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 27	Atingir 7,50 % no índice de eficiência na arrecadação, até 2020. Distribuição: 2015: 7% ; 2016: 7,1% - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Meta 22	Diminuir para R\$ 2.300,00 o valor da despesa por processo, até 2020. Distribuição: 2015: 2.347; 2016: 2.340 - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Meta 23	Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2020. Distribuição: 2015: 0,90%; 2016: 0,90%

2

5

	(ESMAT também responsável pelo acompanhamento)
Meta 25	Aumentar para 95% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor disponibilizado para tal, até 2020. Distribuição: 2015: 86%; 2016: 88% - (DIFIN responsável em prestar a informação)
Deliberação: À DIFIN cabe a responsabilidade de prestar informação sobre as metas.	

Projetos Remanescentes	
Fortalecimento do FUNJURIS	
Sistema de Gestão de Precatórios	
Deliberação: À DIFIN cabe dar andamento aos projetos remanescentes. Sugerido, pela Diretora da DIFIN, a indicação do servidor Valdeir Santana como novo gestor do projeto "Fortalecimento do FUNJURIS". O projeto Sistema de Gestão de Precatórios ficará sob responsabilidade da DIJUD, que deve fazer a indicação de gestor para o projeto.	

Programa de gestão	
Implantação do Sistema Eletrônico de Controle Orçamentário e Financeiro	
Deliberação: Sugeriu-se a retirada desta iniciativa do programa de gestão.	

MACRODESAFIO: MELHORIA DA GESTÃO DE PESSOAS

5. DIGEP

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 19	Atingir 100 % do mapeamento das competências dos servidores até 2020. Distribuição: 2015: 50% ; 2016: 60%
Meta 21	Identificar e controlar 100% do absenteísmo até 2016 Distribuição: 2015: 100%; 2016: 100%
Metas do PPA 2015	
Meta	Aumentar para 372 o numero de magistrados e servidores Distribuição: 2015: 37
Deliberação: Sugeriu-se a alteração da distribuição parcial da meta 21 de 2015 para 30% e 2016: 100%. Sem alteração/sugestão para as demais metas.	

COMENTÁRIO: Nesse momento, o servidor José Atilio Beber informou sobre a existência de uma ação que está sendo desenvolvida na Corregedoria Geral que versa sobre o absenteísmo, que está sendo analisado com prioridade, e, ponderando, a Diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires, comentou sobre a necessidade de entrosamento entre as unidades, haja vista a possibilidade de duplicidade de projetos e ações com o mesmo objetivo, o que não seria viável, podendo incorrer em perda da credibilidade dos projetos.

Projetos Remanescentes	
Gestão por competências	
Programa Qualidade de Vida	
Projetos Novos	
Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas	
Instrumento de medição de produtividade individual	
Justiça Terapêutica	

2

W

Deliberação: À DIGEP cabe dar andamento aos projetos remanescentes e fazer a indicação de gestor para o Programa Qualidade de Vida.

Sugeriu-se que o projeto Instrumento de medição de produtividade individual seja escrito pela COGES através do sistema GPWEB.

Sugeriu-se que projeto Justiça Terapêutica fosse elevado a projeto estratégico. no entanto a equipe de líderes ampliados manifesta favorável à execução do referido no âmbito operacional.

Ações Orçamentárias temáticas
Gespública
Deliberação: A DIGEP e COGES executar conforme orientação, observando a natureza de despesa, visto que esta ação orçamentária atende a 3 projetos estratégicos. a saber: A3P, Gestão por Competência e Programa Qualidade de Vida

COMENTÁRIO: Nesse momento, a Diretora de Gestão de Pessoas, Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires, sugeriu a possibilidade de sobrestar o projeto Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas, informando que o sistema atual - SGRH ainda não conta com todas as suas funcionalidades implementadas. Intervindo, o Diretor Geral discordou da sugestão, alegando que o sistema é de importância premente, que irá possibilitar correções e distorções de dados, bem como obtenção de informações da Gestão de Pessoas de forma mais célere, segura e eficaz.

Em seguida, a Diretora de Gestão de Pessoas sugeriu que o projeto Instrumento de medição de produtividade individual fosse retirado, por entender que a medição poderá ser aferida dentro do projeto de Trabalho Remoto que será implantado, ou ainda por meio do sistema e-Proc. Porém, a COGES insistiu na manutenção do projeto, argumentando a importância do assunto, sob alegação de que o instrumento irá possibilitar, inclusive, a verificação do trabalho da área meio, e não apenas da área fim, e que a medição terá que alcançar não só o quantitativo em números, mas também a subjetividade na execução de certos trabalhos.

DELIBERAÇÕES: Após discussões sobre os temas, ficou deliberado que o projeto Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas irá continuar e o projeto Instrumento de medição de produtividade individual será escrito pela COGES.

Programa de gestão 2015-2017
Realizar a pesquisa de clima organizacional
Mapear as competências da área meio do TJTO (Ação dentro da Gestão por Competências)
Deliberação: Sem alteração/sugestão para as ações.

6. ESMAT

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 20	Atingir 60% no índice de capacitação nas competências profissionais, até 2020. Distribuição: 2015:35%; 2016:40%
Meta 23	Aplicar 0,90% do valor do orçamento executado em capacitação, até 2020. Distribuição: 2015:0,90%; 2016:0,90%
Metas do PPA 2015	
Meta PPA	Executar 2400 horas aulas até 2015. Distribuição: 2015: 600h/aula
Meta PPA	Aumentar em 248 o número de pessoas capacitadas em mediação e conciliação, até 2015 Distribuição: 2015:62 pessoas
Deliberação: Sem alteração/sugestão para as metas.	

Ações Orçamentárias temáticas
Capacitação de magistrados e servidores
Fortalecimento dos métodos consensuais de conflito
Deliberação: À ESMAT cabe executar os recursos disponibilizados nas respectivas ações orçamentárias temáticas conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº 195 do CNJ. Ressaltada a inexistência de orçamento na ação Fortalecimento dos métodos consensuais de conflito. Solicitado à DIFN que realize suplemento na ação a fim de que seja possível o cumprimento da meta física. Solicitado a ESMAT que, quando da realização da semana nacional de conciliação, utilize os recursos desta ação.

Projetos novos
Probidade: Mais que um dever é um direito
Deliberação: Sugeriu-se que o projeto seja escrito pela ESMAT através do sistema GPWEB e que seja indicado o respectivo gestor

COMENTÁRIO: Este Projeto foi aceito pela representante da ESMAT, Andreia Teixeira Marinho Barbosa, que sugeriu a realização de um Seminário como uma das ações a serem executadas no projeto.

MACRODESAFIO: COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 3 (Meta 4 das Metas Nacionais do CNJ 2015)	Identificar e julgar pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídos até do dia 31 de dezembro do 3º ano anterior do cumprimento da meta. Gestores : Juiz Vandrê e Desembargador Moura Filho Distribuição: 2015:70%; 2016:70%
Meta 4 (Aderente CNJ)	Reduzir para 90% a taxa de congestionamento das ações de improbidade e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública até 2020. Distribuição: 2015:97%; 2016:96%
Meta 5 (Aderente CNJ)	Aumentar para 50% o índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública até 2020. Distribuição: 2015:42%; 2016:43%
Deliberação: Sugeriu-se que os gestores da meta 3 sejam também gestores das metas das metas 4 e 5.	

MACRODESAFIO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 17 (Aderente CNJ)	Ter 50% das comarcas do Estado dotadas de sistema de audiência por videoconferência, até 2020. Distribuição: 2015:10%; 2016:20%
Meta 18 (Aderente CNJ)	Atingir 50% no índice de videoaudiência criminais (com réu preso), até 2020. Distribuição: 2015:5%; 2016:10%
Deliberação: Sugeriu-se que o gestor das metas 17 e 18 seja um membro da unidade GMF.	

MACRODESAFIO: CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

7. DIJUD

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020

Meta 6 (Meta 01 das Metas Nacionais do CNJ 2015)	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente Gestores: Juiz Manuel de Faria Reis Neto e Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente Distribuição: 2015:100%; 2016:100%
Meta 7 (Meta 02 das Metas Nacionais do CNJ)	Identificar e julgar até 31 de dezembro do ano corrente, pelo menos 80% dos processos distribuídos nos 4 anos anteriores, no 1º grau, e nos 3 anos anteriores, no 2º grau e 100% dos processos distribuídos, nos 3 anos anteriores, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais. Gestores: Juíza Flávia Afini Bovo e Desembargadora Maysa Vendramini Rosal Distribuição: 2015:100%; 2016:100%.
Meta 8	Baixar quantidade igual ou maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. Distribuição: 2015:100%; 2016:100%
Meta 9	Reduzir para 50% a taxa de congestionamento processual geral do poder judiciário, até 2020. Distribuição: 2015:65%; 2016:62%
Meta 10	Atingir 1.400 processos julgados ao ano, por magistrado, até 2020. Distribuição: 2015:900; 2016:1.000
Deliberação: À DIJUD cabe o acompanhamento dos resultados das metas. Sem sugestão de gestor para as metas 8, 9 e 10.	

Projeto remanescente
Sequencialidade de atos do 2º grau
Projeto Novo
Cálculos judiciais e centrais de contadoria
Deliberação: À DIJUD cabe dar andamento ao projeto remanescente Sequencialidade de atos do 2º grau. Sugeriu-se a DIJUD para escrever o projeto através do sistema GPWEB e fazer a indicação do gestor.

8. OUTRAS UNIDADES/RESPONSÁVEIS

Projetos remanescentes
Sequencialidade de atos do 1º grau
Projetos novos
Estruturação das equipes Multidisciplinares do Poder Judiciário
Central de atendimento dos Juizados Especiais
Deliberação: Sugeriu-se que a GGJUS seja responsável pelo projeto remanescente Sequencialidade de atos do 1º grau e indicação de Gestor. Sugeriu-se que o gestor do projeto Estruturação das equipes Multidisciplinares do Poder Judiciário seja a Coordenadora dos Juizados da Infância e Juventude - Juíza Silvana Maria Parfieniuk Sugeriu-se que o gestor do projeto Central de atendimento dos Juizados Especiais seja a Desembargadora Maysa Vendramini.

MACRODESAFIO: IMPULSO ÀS EXECUÇÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 14	Reduzir para 80% a taxa de congestionamento da execução fiscal, até 2020.

(Aderente ao CNJ)	Distribuição: 2015:92%; 2016:90%
Meta 15 (Aderente ao CNJ)	Reduzir para 80% a taxa de congestionamento na fase de execução até 2020. Distribuição: 2015:87%; 2016:86%
Meta 16	Atingir 150 processos de execução sentenciados por magistrado até 2020 Distribuição: 2015:110; 2016:120
Deliberação: Sugeriu-se que o gestor da meta 14 seja o Coordenador da Central de Execuções Fiscais de Palmas. Demais metas sem sugestões, em virtude da proposta de alteração da Resolução nº 76 /CNJ (Justiça em Números).	

Projetos novos	
Melhoria das Centrais de Execuções Fiscais	
Deliberação: Aguardar posicionamento do Programa Nacional de Governança Diferenciada das Execuções Fiscais, sob gestão da Ministra Nancy Andrighi.	

MACRODESAFIO: GESTÃO DAS DEMANDAS REPETITIVAS E DOS GRANDES LITIGANTES

Meta 13 (Aderente ao CNJ)	Reduzir para 85% a taxa de congestionamento em litigância serial até 2020. Distribuição: 2015: 98%; 2016: 96%
Deliberação: Sem sugestão/alteração.	

Projetos novos	
Combate de Litigância Serial	
Deliberação: Sugeriu-se que a COGES escreva o projeto utilizando o sistema GPWEB e faça indicação do gestor.	

MACRODESAFIO: ADOÇÃO DE SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITO

Meta 11 (Meta 03 das Metas Nacionais CNJ)	Aumentar em 30% as conciliações realizadas até 2020 (processual e pré-processual). Gestores: Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho e Desembargador Helvécio B. Maia Neto Distribuição: 2015: 5%; 2016: 10%
Meta 12 (Meta 03 das Metas Nacionais CNJ)	Atingir a taxa de 60% de efetividade das audiências de conciliação até 2020. Gestores: Juiz Rubem Ribeiro de Carvalho e Desembargador Helvécio B. Maia Neto Distribuição: 2015: 55%; 2016: 56%
Deliberação: Sem alteração/sugestão.	

Projetos novos	
Agentes da Paz	
Ultima Chance	
Deliberação: Sugeriu-se que estes Projetos sejam relacionados ao Projeto referente aos CEJUSCs, sob responsabilidade do coordenador do CEJUSC de Palmas-- Dr. Gilson Coelho Valadares.	

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS DE CIDADANIA

9. CECOM

Metas do Planejamento Estratégico 2015-2020	
Meta 01	Atingir 50% no índice de confiança no poder judiciário até 2020 Distribuição: 2015: NM; 2016: 30%
Meta 02	Atingir 70% no índice de satisfação do usuário até 2020 Distribuição: 2015: NM; 2016: 50%
Deliberação: Sem alteração/sugestão.	

COMENTÁRIO: Nesse momento, foi sugerida a realização de uma pesquisa por uma empresa de renome e de confiança, sendo acatada a sugestão pela Diretora de Comunicação, Vanusa Pereira de Bastos.

Programa de gestão 2015-2017
Divulgar atividades jurisdicionais
Deliberação: Sem alteração/sugestão.

10. COGES

Projetos Remanescentes
A3P-Agenda Ambiental da Administração Pública
Redesenho dos processos administrativos
Projetos novos
Justiça Interativa
Governança Judiciária
Logística Integrada
NUPEMAS
Combate a Litigância Serial
Trabalho Remoto
Deliberação: À COGES cabe dar andamento aos projetos remanescentes. Sugere-se que a COGES escreva os projetos novos, e posteriormente indique os respectivos gestores.

Programa de gestão 2015-2017
Plano de Logística Sustentável
Implantar Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ISO 9001
Consolidar Plano de Aquisição Anual
Deliberação: Cabe ao Comitê do A3P elaboração do PLS. A COGES escreverá o projeto Implantar Sistema de Gestão da Qualidade com Certificação ISO 9001 e indicar gestor. Para elaboração consolidada do Plano de aquisição, a COGES encaminhará as planilhas via S.E.I para as diretorias setoriais preencherem com as demandas de aquisições.

PROJETOS COM VÍNCULO NO PPA

11. DINFRA

Metas do PPA 2015

Meta PPA	Construir o Anexo do Tribunal
Meta PPA	Construção de Unidades Judiciárias - Brejinho de Nazaré; - Campos Lindos; - Palmeirante; - São Félix; - Talismã
Meta PPA	Construção de Sede das Comarcas: - Araguaína; - Gurupí; - Paraiso; - Cristalândia; - Peixe; - Axixá; - Ponte Alta
Meta PPA	Reformas das Sedes das Comarcas: - Taguatinga; - Araguacema; - Pium; - Pedro Afonso; - Formoso do Araguaia; - Colméia; - Colinas;
Deliberação: Sem alteração/sugestão.	

Ações Orçamentárias temáticas	
Construção de sedes	Deliberação: Executar
Reforma de sedes	Deliberação: Executar
Deliberação: À DINFRA cabe dar andamento aos projetos de construções e reformas e executar os recursos disponibilizados nas respectivas ações orçamentárias temáticas conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº195 do CNJ.	

12. ASMIL

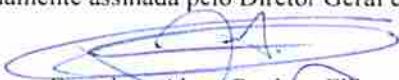
Metas do PPA 2015	
Meta PPA	Aumentar para 100% as unidades consideradas seguras
Deliberação: sem sugestão/alteração.	

Ações Orçamentárias temáticas	
Incremento da segurança institucional	
Deliberação: A ASMIL cabe dar continuidade ao processo de incremento da segurança institucional e executar os recursos disponibilizados na respectiva ação orçamentária temática conforme orientação, observando o atendimento à resolução nº195 do CNJ.	

CONSIDERAÇÕES FINAIS/ENCERRAMENTO

Finalizando, o Coordenador da COGES, agradeceu a equipe de planejamento e projetos, enaltecendo o comprometimento no desempenho do trabalho realizado para o desenvolvimento eficiente da reunião. Por sua

vez, o Diretor Geral acompanhou o Coordenador em suas palavras, e, com as considerações finais, agradeceu a todos os participantes. Nada mais havendo a ser tratado, o Diretor Geral encerrou a reunião às 17:45 horas e foi lavrada a presente Ata, que vai devidamente assinada pelo Diretor Geral e pelo Coordenador da COGES.


Francisco Alves Cardoso Filho
Diretor Geral


José Eudacy Feijó de Paiva
Coordenador da COGES

Lista dos presentes

Equipe de Líderes Ampliada

Andreia Teixeira Marinho Barbosa - em substituição

Carlos Henrique Drumond Soares Martins

Francisco de Assis Sobrinho

Juliana Alencar Wolney Cavalcante Aires

Marco Aurélio Giralde

Maristela Alves Rezende

Cel. Messias Lopes da Conceição Júnior

Sidney Araujo Sousa

Vanusa Bastos

João Carlos Sarri Júnior

Convidados

Juiz Esmar Custódio Vêncio Filho

Juiz Roniclay Alves de Moraes

Gizella Magalhães Bezerra M. Lopes

Ludmila Silva Almeida

José Atilio Beber

Renato Alves Gomes

Alice Carla de Sousa Setubal

Julio Cesar Pereira de Oliveira

Viviane Bueno da Silva Borges

Ten. Hamilton Aguiar do Carmo

Abelson Oliveira Ribeiro Filho

Equipe COGES

Agnes Souza Rosa

Anna Paula de A. Cavalcanti Ribeiro

Elizabeth Maria Lima B. Pugliesi

João Ornato Benigno Brito